Click to prove you're human

Modelo nota 1000 redação

Márcia Fernandes Professora de Língua Portuguesa e Literatura Os candidatos do Enem sabem o quanto é difícil obter a tão sonhada nota 1000 (menos de 1% dos participantes conseguem esse feito). Confira abaixo exemplos e análises de redações que tiveram a pontuação máxima.Redação nota 1000 do Enem 2023Tema: Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil Autor: Arthur Sanches SalesConforme estudos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de idosos crescerá drasticamente nas próximas décadas. Nesse contexto, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres é fundamental para acolher essa parcela populacional. Todavia, a invisibilidade e a omissão estatal são desafios que perpetuam o descaso sofrido por essas trabalhadoras no Brasil. Logo, faz-se imperiosa a tomada de medidas que resolvam esse contexto de emergência generalizada.Sob essa perspectiva, é crucial que a escassez de debates acerca da importância das atividades de assistência seja superada. A esse respeito, a ilustre filósofa Djamila Ribeiro defende que, para atuar em uma situação, deve-se, antes de tudo, tirá-la da invisibilidade. Entretanto, o panorama nacional destoa do pensamento da autora, já que o alto índica de empregadas domésticas em condições ocupacionais precárias não é enxergado pelo círculo social, de modo que discussões sobre essa questão sejam priorizadas, dificultando intervenções nesse problema. Então, essa nebulosidade precisa ser exposta para conscientizar a sociedade.Outrossim, vale ressaltar de que maneira a negligência do estado fomenta a marginalização das cuidadoras. A partir disso, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman utiliza o termo "Instituição Zumbi" para simbolizar as entidades que não cumprem seu papel previamente estabelecido. Seguindo o raciocínio, é possível compreender o Poder Executivo como um exemplo da ideia do expoente da Sociologia, uma vez que a sua função de garantir dignidade profissional a todos não está sendo cumprida em sua totalidade, pois muitas trabalhadoras de acolhimento ainda encontram-se em situações indignas. Por isso, a conduta governamental necessita ser reformulada para assegurar os direitos dessas profissionais.Portanto, torna-se primordial mitigar a marginalidade do trabalho de cuidado realizado pelo gênero feminino. Dessa forma, o Ministério da Cidadania, enquanto responsável por políticas cidadãs, deve propagar dados e pesquisas que revelam a gravidade do esquecimento sofrido pelas cuidadoras, por meio de plataformas midiáticas de destaque, a fim de atingir o maior contingente possível e conscientizá-lo. Ademais, a coletividade, por intermédio do Ministério público, precisa cobrar do Governo Federal ações efetivas de proteção ocupacional às empregadas domésticas, com o intuito de promover o labor digno a esses indivíduos. Assim, a acolhida da nova geração de pessoas da terceira idade poderá ser efetiva.Redação nota 1000 do Enem 2021Tema: Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil Autor: Gabriel BorgesNorberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantia a representatividade política de todas as pessoas. Para que o mecanismo democrático funcione, então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. Logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.Portanto, o registro civil deve ser incentivado de maneira mais efetiva no país. O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional. Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.Redação nota 1000 do Enem 2020Tema: O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira Autor: Julia VieiraNo filme estadunidense “Coringa”, o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental que o faz ter episódios de riso exagerado e descontrolado em público, motivo pelo qual é frequentemente atacado nas ruas. Em consonância com a realidade de Arthur, está a de muitos cidadãos, já que o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira ainda configura um desafio a ser sanado. Isso ocorre, seja pela negligência governamental nesse âmbito, seja pela discriminação desta classe por parcela da população verde-amarela. Dessa maneira, é imperioso que essa chaga social seja resolvida, a fim de que o longa norte-americano não mais reflita o contexto atual da nação.Nessa perspectiva, acerca da lógica referente aos transtornos da mente, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à omissão estatal neste caso. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país que apresenta o maior número de casos de depressão da América Latina e, mesmo diante desse cenário alarmante, os tratamentos às doenças mentais, quando oferecidos, não são, na maioria das vezes, eficazes. Isso acontece pela falta de investimento público em centros especializados no cuidado para com essas condições. Consequentemente, muitos portadores, sobretudo aqueles de menor renda, não são devidamente tratados, contribuindo para sua progressiva marginalização perante o corpo social. Este quadro de inoperância das esferas de poder exemplifica a teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, que as descreve como presentes na sociedade, mas que não cumprem seu papel com eficácia. Desse modo, é imprescindível que, para a refutação da teoria do estudioso polonês, essa problemática seja revertida.Paralelamente ao descaso das esferas governamentais nessa questão, é fundamental o debate acerca da aversão de parte dos civis ao grupo em pauta, uma vez que ambos são impasses para sua completa socialização. Esse preconceito se dá pelos errôneos ideais de felicidade disseminados na sociedade como metas universais. Entretanto, essas concepções segregam os indivíduos entre os “fortes” e os “fracos”, em que tais fracos, geralmente, integram a classe em discussão, dado que não atingem essas metas estabelecidas, como a estabilidade emocional. Por conseguinte, aqueles que não alcançam os objetivos são estigmatizados e excluídos do tecido social. Tal conjuntura segregacionista - os que possuem algum tipo de transtorno, nesse caso - na teia social. Dessa maneira, essa problemática urge ser solucionada para que o princípio da alemã seja validado no país tupiniquim.Portanto, são essenciais medidas operantes para a reversão do estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira. Para isso, compete ao Ministério da Saúde investir na melhora da qualidade dos tratamentos a essas doenças nos centros públicos especializados de cuidados, destinando mais medicamentos e contratando, por concursos, mais profissionais da área, como psiquiatras e enfermeiros. Isso deve ser feito por meio de recursos autorizados pelo Tribunal de Contas da União - órgão que opera feitos públicos - com o fito de potencializar o atendimento a esses pacientes e oferecê-los um tratamento eficaz. Ademais, palestras devem ser realizadas em espaços públicos sobre os malefícios das falsas concepções de prazer e da importância do acolhimento dos vulneráveis. Assim, os ideais inalcançáveis não mais serão instrumentos segregadores e, finalmente, a cotação de Fleck não mais representará a dos brasileiros.Redações nota 1000 do Enem 2019Tema: Democratização do acesso ao cinema no Brasil Autor: Gabriel Melo Caldas NogueiraPara o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.Em primeiro lugar, é válido frisar que o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, consequentemente, não pode ser deixada em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro “Homo Ludens”, ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de forma a compartilhar experiências e vivências – o que representa o fator lúdico mencionado pelo pensador. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade.Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas – dentre elas, o cinema –, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que propunha Dante Alighiere, em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas. Sendo assim, cabe ao Governo Federal – órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população – elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais nacionais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais – já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos –, os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exibir filmes gratuitos para a comunidade civil. Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística.Tema: Democratização do acesso ao cinema no Brasil Autor: Isabella de Oliveira CardosoDe modo ficcional, o filme “Cine Holiúdi” retrata o impacto positivo do cinema no cotidiano das cidades, dada a sua capacidade de promover o lazer, socialização e cultura. Entretanto, na realidade, tais benefícios não atingem toda a população brasileira, haja vista a elitização dos meios cinematográficos e a falta de infraestrutura adequada nos cinemas existentes. Sendo assim, urge a análise e a resolução desses entraves para democratizar o acesso ao cinema no Brasil.A princípio, é lícito destacar que a elitização dos meios cinematográficos contribui para que muitos brasileiros sejam impedidos de frequentar as salas de cinema. Isso posto, segundo o filósofo inglês Nick Couldry em sua obra “Por que a voz importa?”, a sociedade neoliberal hodierna tende a silenciar os grupos menos favorecidos, privando-os dos meios de comunicação. A par disso, é indubitável que a localização dos cinemas em áreas mais nobres e o alto valor dos ingressos configuram uma tentativa de excluir e silenciar os grupos periféricos, tal como discute Nick Couldry. Nesse viés, poucos são os indivíduos que desfrutam do direito ao lazer e à cultura promovido pela cinematografia, o qual está previsto na Constituição e deve ser garantido a todos pelo Estado.Ademais, vale postular que a falta de infraestrutura adequada para todos os cidadãos também dificulta o acesso amplo aos cinemas do país. Conquanto a acessibilidade seja um direito assegurado pela Carta Magna e os cinemas disponham de lugares reservados para cadeirantes, não há intérpretes de LIBRAS nas telas e a configuração das salas – pautada em escadas – não auxilia o deslocamento de idosos e portadores de necessidades especiais. À luz dessa perspectiva, é fundamental que haja maior investimento em infraestrutura para que todos os brasileiros sejam incluídos nos ambientes cinematográficos.Por fim, diante dos desafios supramencionados, é necessária a ação conjunta do Estado e da sociedade para mitigá-los. Nesse âmbito, cabe ao poder público, na figura do Ministério Público, em parceria com a mídia nacional, desenvolver campanhas educativas – por meio de cartilhas virtuais e curta-metragens a serem veiculadas nas mídias sociais – a fim de orientar a população e as empresas de cinema a valorizar o meio cinematográfico e ampliar a acessibilidade das salas. Por sua vez, as empresas devem colaborar com a democratização do acesso ao cinema pela cobrança de valores mais acessíveis e pela construção de salas adaptadas. Feito isso, o Brasil poderá garantir os benefícios do cinema a todos, como relata o filme “Cine Holiúdi”.Redação nota 1000 do Enem 2018Tema: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet Autor: André Bahia PereiraRedação nota 1000 do Enem 2017Tema: Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil Autor: Lorena Magalhães MacedoRedação nota 1000 do Enem 2016Tema: Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil Autor: Tamyres dos Santos VieiraO que as redações nota 1000 têm em comum?A nota máxima sinaliza que o texto atende todas as competências previstas na matriz de referência para redação, que são as seguintes: Quadro de critérios de avaliação da redação do Enem retirado da Cartilha do Participante - Redação no Enem 2018 - INEP Nos exemplos acima, os participantes conseguiram a nota máxima porque:1. Apresentaram escrita formalOs textos dos participantes estão de acordo com a norma culta (competência 1). Em todos foram respeitadas as regras gramaticais.Nos exemplos dados acima, foram apresentadas estruturas sintáticas muito boas. Concordância, regência, pontuação e ortografia estavam corretos. Verificou-se apenas pequenos desvios:Na redação de 2019 da autoria do Gabriel, o pronome "o" foi usado no lugar do pronome "lhe" no primeiro parágrafo: "... habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido." (grifo nosso).Na redação de 2019 da autoria da Isabella, houve um engano no último parágrafo. Ela escreveu curta-metragem em vez de curtas-metragens: "... por meio de cartilhas virtuais e curta-metragens a serem veiculadas nas mídias sociais..." (grifo nosso).Na redação de 2016, a Tamyres utilizou "com" em vez de "como" no último parágrafo: "Dessa forma, assim com a desintegração de um átomo tornou-se simples na atualidade, preconceitos poderão ser quebrados." (grifo nosso).2. Compreenderam a proposta da redaçãoCada um dos participantes redigiu um texto dissertativo-argumentativo no âmbito da proposta (competência 2). Todos eles argumentaram sobre o problema exposto - inclusive, demonstrando que têm um bom repertório cultural - e apresentaram uma solução.Os textos selecionados apresentaram estrutura de acordo com textos dissertativo-argumentativo:Os parágrafos iniciais apresentaram a tese"No convívio social brasileiro, parte considerável da população apresenta alguma deficiência. Nessa conjuntura, grande parcela dos surdos, em especial, não tem acesso a uma educação de qualidade, o que fomenta maior empenho do Poder Público e da sociedade civil, com o fito de superar os desafios para a efetiva inclusão desses indivíduos no sistema educacional." (1.º parágrafo do texto da Lorena Macedo)Os parágrafos intermédios apresentaram argumentos"Sob esse viés, muitos deficientes auditivos encontram dificuldades para acessar o Ensino Fundamental, Médio ou Superior, visto que diversas instituições de ensino carecem de uma infraestrutura adaptada a esses indivíduos (...)Ademais, em muitas instituições de ensino, deficientes auditivos ainda são vítimas de xingamentos e até de agressões físicas por parte de outros alunos, ações que caracterizam o bullying (...)." (2.º e 3.º parágrafo do texto da Lorena Macedo)Os parágrafos finais expõem soluções para os problemas"Portanto, a fim de garantir que surdos tenham pleno acesso à formação educacional, cabe ao Estado, mediante o redirecionamento de verbas, realizar as adaptações necessárias em todas as escolas e as universidades públicas (...)" (Último parágrafo do texto da Lorena Macedo)Além disso, os argumentos de todos foram fundamentados com citações."Nesse contexto, o filósofo iluminista Voltáire já afirmava: “Preconceito é opinião sem conhecimento”." (Trecho da redação da Lorena Macedo)O repertório cultural também foi apresentado através da citação de obras. Nas suas redações, o Gabriel Nogueira citou o livro Homo Ludens, de Johan Huizinga; a Isabella Cardoso citou o filme Cine Holiúndi.Na redação de 2021, do Gabriel Borges, o estudante começa citando Norberto Bobbio. Ao longo do texto, cita também Karl Marx, e faz referência à Vidas Secas, de Graciliano Ramos.3. Defenderam um ponto de vistaOs participantes produziram textos que demonstraram uma boa escolha de dados apresentados, que além disso estavam bem organizados e devidamente explicados (competência 3).A forma como as ideias expostas no texto se desenvolvem demonstram um bom planejamento.Na redação da Tamyres, por exemplo, para mostrar a dificuldade em combater a intolerância religiosa, ela cita Einstein (“É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”), aborda a questão histórica ("Desde a colonização, o país sofre com imposições religiosas.") e consegue apresentar uma solução para o problema:"Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro, afinal, como disse Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”." (Trecho da conclusão da redação da Tamyres Vieira)4. Demonstraram conhecimentos linguísticosOs participantes escreveram um texto coerente, cujas informações apresentadas desenvolveram-se de forma bem estruturada (competência 4)."Segundo Steve Jobs, um dos fundadores da empresa “Apple”, a tecnologia move o mundo. Contudo, os avanços tecnológicos não trouxeram apenas avanços à sociedade (...). Sob tal ótica, esse cenário desrespeita princípios importantes da vida social, a saber, a liberdade e a privacidade." (Trecho do 1.º parágrafo do texto do André Pereira)"De acordo com Jean Paul Sartre, o homem é condenado a ser livre. Nessa lógica, o uso de informações do acesso pessoal para influenciar o usuário confronta o pensamento de Sartre (...) (Trecho do 2.º parágrafo do texto do André Pereira)"Em suma, são necessárias medidas que atenuem a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet." (Trecho do último parágrafo do texto do André Pereira)5. Elaboraram proposta de intervençãoO participantes criaram textos que não desrespeitaram valores humanos e cuja solução para os problemas apresentados valoriza a diversidade (competência 5).Todos os participantes concluíram as suas redações com propostas que consideram aspectos de cidadania, respeitam valores humanos e a diversidade:"Dessa forma, o Ministério da Cidadania, enquanto responsável por políticas cidadãs, deve propagar dados e pesquisas que revelam a gravidade do esquecimento sofrido pelas cuidadoras, por meio de plataformas midiáticas de destaque, a fim de atingir o maior contingente possível e conscientizá-lo. Ademais, a coletividade, por intermédio do Ministério público, precisa cobrar do Governo Federal ações efetivas de proteção ocupacional às empregadas domésticas, com o intuito de promover o labor digno a esses indivíduos. Assim, a acolhida da nova geração de pessoas da terceira idade poderá ser efetiva." (Trecho da conclusão do texto do Arthur Sanches Sales)"O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional." (Trecho da conclusão do texto do Gabriel Borges)"Para isso, compete ao Ministério da Saúde investir na melhora da qualidade dos tratamentos a essas doenças nos centros públicos especializados de cuidados, destinando mais medicamentos e contratando, por concursos, mais profissionais da área, como psiquiatras e enfermeiros. Isso deve ser feito por meio de recursos autorizados pelo Tribunal de Contas da União - órgão que opera feitos públicos - com o fito de potencializar o atendimento a esses pacientes e oferecê-los um tratamento eficaz. Ademais, palestras devem ser realizadas em espaços públicos sobre os malefícios das falsas concepções de prazer e da importância do acolhimento dos vulneráveis." (Trecho da conclusão do texto da Julia Vieira)"Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística." (Trecho da conclusão do texto do Gabriel Nogueira)"Nesse âmbito, cabe ao poder público, na figura do Ministério Público, em parceria com a mídia nacional, desenvolver campanhas educativas – por meio de cartilhas virtuais e curta-metragens a serem veiculadas nas mídias sociais – a fim de orientar a população e as empresas de cinema a valorizar o meio cinematográfico e ampliar a acessibilidade das salas." (Trecho da conclusão do texto da Isabella Cardoso)"Logo, a fim de dar liberdade de escolha ao indivíduo, cabe às empresas de tecnologia solicitar a autorização para o uso dessas informações, por meio de advertências com linguagem clara, tendo em vista a linguagem técnica utilizada, atualmente, por avisos do tipo." (Trecho da conclusão do texto do André Pereira)"Outrossim, famílias e escolas, por meio de, respectivamente, diálogos frequentes e palestras, devem debater acerca da aceitação às diferenças como fator essencial para o convívio coletivo, de modo a combater o bullying e a formar um paradigma comportamental de total respeito aos deficientes auditivos." (Trecho da conclusão do texto da Lorena Macedo)"Assim, cumpre ao governo efetivar de maneira mais plena as leis existentes. Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro (...)" (Trecho da conclusão do texto da Tamyres Vieira)Leia também:Para entender as competências avaliadas na redação do Enem: Professora, produz conteúdos educativos desde 2015. Licenciada em Letras pela Universidade Católica de Santos (habilitação para Ensino Fundamental II e Ensino Médio) e formada no Curso de Magistério (habilitação para Educação Infantil e Ensino Fundamental I). FERNANDES, Márcia. Exemplos de redação nota 1000 no Enem. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: . Acesso em: Você sabe quais são os elementos necessários para escrever uma redação Enem nota 1000? Essa parte da prova geralmente é a que mais causa medo nos candidatos. Mas, com uma boa preparação e atenção aos detalhes, é possível conquistar pontuações altas. Uma das formas de estudar a estrutura do texto dissertativo-argumentativo é analisar redações que obtiveram nota máxima. E é exatamente isso que vamos te mostrar no artigo de hoje. Continue a leitura e confira dez modelos de redação Enem nota 1000 aprovados pelo MEC na edição de 2023. Antes de ler os modelos de redação Enem nota 1000, vamos repassar a estrutura do texto dissertativo-argumentativo cobrado na prova. O posicionamento, na dissertação, é chamado de tese. A tese deverá ser a protagonista do seu texto, pois além de esclarecer para o seu leitor o que será defendido, ela também organizará a estruturação da sua escrita. Por isso, quando receber a temática de redação, a primeira ação a ser feita é delimitar o que você irá, de maneira geral, defender. Para isso, pergunte-se “O que eu acho/o que eu penso sobre esta temática?”. A pergunta anterior delimitará o que chamaremos de “tese central” ou “tese principal” e será responsável por delimitar o objetivo geral do seu texto. A tese que você estabelece na Introdução da Redação, por ainda ser muito ampla, precisa ser dividida em ideias menores que determinem os objetivos de cada um dos parágrafos de desenvolvimento. Para isso, pergunte-se “por quê?” você optou por esta tese central. Considerando a quantidade de linhas disponibilizadas pela prova do Enem, sugiro que você divida sua tese em apenas duas ideias, pois, dessa forma, terá espaço suficiente para uma discussão efetiva de cada uma delas. Por fim, com base na tese elaborada e nos argumentos utilizados para defendê-la, você deverá criar a sua proposta de intervenção. Na conclusão, de maneira geral, você deverá mostrar de maneira detalhada como algum órgão pode intervir na problemática apresentada pela temática, mostrando como isso deverá ser feito e com qual finalidade. Leia os textos da redação Enem 2023, que teve como tema Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Perceba como cada um dos autores e autoras abordou o assunto, criou a tese (ou ponto de vista), desenvolveu os argumentos e apresentou a proposta de intervenção na conclusão. Quando você for treinar a sua redação, tente se espelhar nos exemplos abaixo. De acordo com a pensadora brasileira Djamila Ribeiro, o primeiro passo a ser tomado para solucionar uma questão é tirá-la da invisibilidade. Porém, no contexto atual do Brasil, as mulheres enfrentam diversos desafios para que seu trabalho de cuidado seja reconhecido, gerando graves impactos em suas vidas, como a falta de destaque. Nesse sentido, essa problemática ocorre em virtude da omissão governamental e da influência midiática. Dessa forma, em primeiro plano, é preciso atentar para o descaso estatal em relação aos obstáculos enfrentados diariamente por mulheres que trabalham como cuidadoras. Segundo John Locke, “as leis fizeram-se para os homens e não para as leis”. No entanto, a inércia governamental direcionada à tais pessoas não cumpre com o previsto na Carta Magna, visto que a falta de investimento em políticas públicas causa dificuldades no âmbito profissional deste setor – como a desvalorização salarial. Isso contribui para que suas necessidades sejam cada vez mais negligenciadas. Além disso, a influência dos meios digitais é um fator agravante no que tange ao problema. Para Chimamanda Adichie, mudar o “status quo” – o estado atual das coisas – é sempre penoso. Essa conjuntura pode ser observada no papel que a mídia possui na luta diária de mulheres que exercem o trabalho do cuidado ou doméstico, uma vez que ela auxilia no fortalecimento de uma mentalidade social machista no país. Isso ocasionou o silenciamento da população feminina, enraizando a lógica do patriarcado na sociedade. Diante do exposto, as mulheres perdem a voz na busca por direitos profissionais na área de cuidado, ao ser propagada a ideia de que essa função é sua, e somente sua, obrigação. Portanto, é necessário que esta situação seja dissolvida. Para isso, o governo, órgão responsável por garantir a condição e existência de todos, deve prover apoio psicológico e financeiro às cuidadoras, por meio de investimentos e pelo exercício das leis, a fim de sanar a vulnerabilidade socioeconômica existente no cotidiano desses grupos. Paralelamente, os meios de comunicação precisam combater a lógica de inferioridade e a concepção machista agregadas a este trabalho. Assim, será possível solucionar esta questão, pois será retirada do cenário de invisibilidade, como propõe Djamila. Por meio do seu livro “Brasil, país do futuro” – publicado no último século – o escritor austríaco Stefan Zweig expressou a sua confiança de que a nação cresceria e se desenvolveria exponencialmente. Para além disso, nos dias atuais, a sociedade brasileira vivencia uma situação inversa, uma vez que a constante invisibilidade feminina relacionada ao trabalho de cuidado e seus impactos negativos na contemporaneidade não são características de um “país do futuro”. Desse modo, algumas negligências governamentais impulsionam a desvalorização trabalhista de cuidado desempenhado pela mulher brasileira e promovem o desenvolvimento de diversas desigualdades econômicas. Logo, tanto a inefetividade das leis direcionadas ao público feminino quanto a escassez de investimentos na educação capacitiva são suscitadores da problemática. Em primeiro plano, é imprescindível destacar a baixa eficiência das leis relacionadas ao trabalho da mulher como um fato que potencializa a invisibilidade do esforço doméstico e de cuidados desse grupo. Nesse sentido, o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein defende que a legislação brasileira funciona somente no papel e, na prática, é ineficiente. A partir disso, tal tese pode ser comprovada por meio da má aplicação das leis trabalhistas femininas, uma vez que tais documentos não garantem, efetivamente, os direitos fundamentais da mulher, especialmente no âmbito do trabalho, e geram uma dependência dessa parcela ao cuidado doméstico, que é amplamente desvalorizado e, muitas vezes, não remunerado. Logo, tal insuficiência do sistema legislativo promove uma exploração exagerada da população feminina no país. Além disso, vale ressaltar, ainda, a falta de verbas destinadas à educação como um fator que agrava e desvaloriza o trabalho de cuidado exercido pela mulher brasileira. Nesse sentido, o filósofo esloveno Slavoj Zizek afirma que os políticos liberais modernos priorizam interesses mercadológicos e menosprezam atitudes que beneficiem a coletividade. Dessa maneira, verifica-se uma imprudência estatal que, por sua vez, despreza a importância da educação ao não investir na capacitação feminina, o que impede a entrada desse grupo no mercado de trabalho e obriga a mulher a realizar os desvalorizados “trabalhos de cuidado”. Com isso, atitudes que visem ampliar a qualidade do sistema educacional brasileiro mostram-se amplamente necessárias. Portanto, vistos os fatores que impactam negativamente na valorização do trabalho de cuidado feminino, medidas são necessárias para combatê-los. Cabe ao governo federal a realização de fiscalizações legislativas e, por meio de inspeções e vistorias em residências de risco, verificar se as leis trabalhistas femininas estão sendo devidamente aplicadas, a fim de garantir a não exploração da mulher doméstica. Ademais, o Ministério da Educação deve, através do FUNDEB – o Fundo Nacional de Educação Básica destinar investimentos às escolas, visando promover uma capacitação geral e inserir as mulheres em um mercado de trabalho justo. Somente assim, o público feminino conquistará a devida visibilidade no âmbito do trabalho. As décadas finais do século 20, no Brasil, foram marcadas pela presença de movimentos sociais diversos, como o de ruptura das condições de gênero que prejudicavam as mulheres no meio social. Embora as manifestações tenham conquistado direitos, ainda há problemas que assolam o cotidiano feminino das brasileiras, como a invisibilidade do trabalho de cuidado. De fato, essa questão é influenciada pelo sistema capitalista e pela manutenção da visão patriarcal. Logo, é urgente sanar os desafios e enfrentar a problemática. Diante desse cenário, cabe analisar a relação entre o modelo econômico e a invisibilidade referida. Consoante a tese do sociólogo Karl Marx, os donos de produção, no capitalismo, possuem como fim o maior lucro possível. Nessa perspectiva do autor, nota-se que essa mentalidade econômica ainda rege as relações atuais, incluindo as do Brasil. Desse modo, em um contexto que o trabalho de cuidado não reproduz o capital desejado pelas empresas, esse é invisibilizado e mal remunerado. Portanto, é visível que o sistema capitalista é um entrave na questão sofrida pelas mulheres. Ademais, a permanência da visão patriarcal acentua o problema dessa invisibilidade. Tal situação é explicada pois, desde o período colonial do Brasil, as mulheres foram designadas a cumprir funções domésticas e de cuidado, já que não eram vistas como capazes de exercer outro ofício. Nesse cenário, ao relacionar com a atualidade, é nítido que essa convenção social do papel da mulher foi mantido como modo de continuar o privilégio dos homens, detentores do poder. Assim, ao passo que esses se consideram superiores, não há uma luta para valorizar o trabalho de cuidado, já que é visto como função intrínseca e obrigatória do gênero feminino. Em suma, constata-se que mudanças devem ocorrer para enfrentar os desafios da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Para isso, cabe ao poder legislativo, na condição de detentor dos meios legais de transformação, criar leis que tornem obrigatória a remuneração digna desse ofício com inclusão no mercado, além de regulamentar sua valorização. Essa proposta deve ser aprovada por meio de um debate na Câmara dos Deputados e tem como fim acabar com a invisibilidade desse trabalho. Feito isso, a questão deixará de ser um problema do corpo social brasileiro. Na obra “Utopia”, de Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita e em harmonia, a qual é livre de conflitos e mazelas. Todavia, fora de ficção, a realidade contemporânea está distante disso, haja vista os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pela mulher no Brasil. Por certo, a negligência governamental e a desigualdade social são fatores que favorecem esse quadro. Percebe-se, a princípio, que o descaso estatal possui íntima relação com o revés. Nessa ótica, de acordo com o filósofo John Locke, configura-se como um rompimento do Contrato Social, já que o Estado não cumpre com sua função de garantir que todos desfrutem de seus direitos. Assim, devido à débil ação do Poder Público e à insuficiência de legislações, os impasses para acabar com a invisibilidade vivenciada por aquelas que realizam o trabalho de cuidadoras, sejam elas babás, donas de casa ou empregadas domésticas, têm crescido cada vez mais no Brasil. Dessa forma, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar. Ressalta-se, ademais, a situação de vulnerabilidade em que diversas cuidadoras estão inseridas como impulsionadora do problema. Nesse contexto, segundo o escritor Ariano Suassuna, o Brasil é dividido em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos. Sob esse viés, grande parte dessas mulheres vivem em condições precárias, por isso, tendem a aceitar qualquer coisa e realizam até mesmo trabalhos sem remuneração; o que faz com que as dificuldades para enfrentar essa problemática aumentem e tornem essas mulheres cada dia mais invisíveis perante o corpo social. Destarte, é imprescindível que haja mudança. Infere-se, portanto, a necessidade de combater essa problemática no Brasil. Logo, cabe ao Governo, como Ministério do Trabalho, desenvolver leis mais rígidas e projetos sociais, por meio de petições e da criação da campanha “Cuidar também é trabalhar”, a fim de vencer os impasses enfrentados pelas cidadãs que exercem a função de cuidadoras e garantir que passem a ser enxergadas e não sofram mais com a invisibilidade e a desvalorização. Por conseguinte, uma sociedade mais próxima da que é citada em “Utopia” será consolidada. O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, escrito por Carolina Maria de Jesus na década de 1950, narra as vivências da autora na favela do Canindé e suas dificuldades para obter sozinha o sustento de seus três filhos. De maneira análoga, cerca de setenta anos após a publicação do diário, a realidade enfrentada por Carolina permanece no Brasil contemporâneo, visto que o trabalho de cuidado realizado por mulheres, apesar de extremamente importante para a sociedade nacional, continua invisibilizado. Diante disso, cabe refletir acerca do legado histórico patriarcal e da intensificação das desigualdades para compreender os desafios que impedem a valorização do serviço feminino de assistência. Nesse contexto, é válido considerar a existência de permanências históricas como o principal fator causador da invisibilidade do trabalho de cuidado exercido por mulheres. Isso ocorre, pois, desde os primórdios do Brasil Colônia, a população feminina tem recebido o status de sexo frágil e, por supostamente não possuírem aptidões para o sustento, tornaram-se encarregadas apenas das tarefas domésticas. Sob essa ótica, é nítido que, duzentos anos depois da superação da condição de colônia, as raízes patriarcais continuam sendo refletidas nas relações modernas brasileiras, uma vez que as mulheres permanecem responsáveis por serviços não remunerados associados